



# Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste domingo

09/01/2011

O destaque deste domingo (9/12) é a ordem de tribunal dos Estados Unidos para que o Twitter dê detalhes sobre as contas do site *WikiLeaks* e de oito apoiadores. Segundo os jornais **Folha de S.Paulo**, **O Globo**, **Correio Braziliense** e **O Estado de S.Paulo**, a intimação emitida pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos diz que os registros procurados no site de microblogs são "relevantes para uma investigação criminal em curso". Já o **Jornal do Brasil** diz que o *WikiLeaks* divulgou, no início deste domingo, que as informações que o Twitter terá de fornecer não são adstritas somente às contas anteriormente divulgadas, mas também a dados de quaisquer contas eventualmente ligadas a dos investigados. *Leia mais [aqui](#) na ConJur.*

---

## Investigação do Gaeco

O empresário Paulo César Ribeiro, irmão de Lu Alckmin, mulher do governador Geraldo Alckmin (PSDB), é alvo de inquérito do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público. Segundo o jornal **O Estado de São Paulo**, a apuração, que corre sob segredo, aponta Ribeiro como lobista de uma organização que, em troca de contratos para fornecimento de merenda escolar, fazia doações em somas elevadas para campanhas eleitorais de prefeitos. Em 27 de dezembro, promotores e oficiais da Polícia Militar vasculharam dois endereços do investigado em Pindamonhangaba: a casa e o escritório do empresário sofreram batidas simultâneas, resultando na apreensão de documentos.

---

## Condenação de Battisti

O procurador da República Artur Gueiros e o professor de Direito Constitucional da PUC José Ribas Vieira discutem teses alternativas sobre processo que condenou italiano Cesare Battisti no jornal **O Globo**. Na avaliação bem dos especialistas, nem o Supremo Tribunal Federal, ao decidir pela extradição e "lavar as mãos", nem a Advocacia-Geral da União — no parecer que apoia a decisão de Lula, sem contestar o Estado de Direito na Itália — ativeram-se a uma questão importante: o processo que condenou Battisti à revelia à prisão perpétua com base no que, segundo eles, seria resquício jurídico de uma legislação de exceção.

---

## Comissão da Verdade

O governo federal pretende se empenhar na aprovação do projeto da Comissão Nacional da Verdade para que os torturadores do regime militar sejam identificados. De acordo com **O Globo**, a presidente Dilma Rousseff (PT), vítima de tortura, reagiu nesta semana à declaração do general José Elito Siqueira, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, que afirmou que o fato de haver desaparecidos durante o regime militar não era motivo de se envergonhar ou se vangloriar. Dilma o convocou para uma conversa, interpretada como um puxão de orelha.

---

## Defesa da honra

Operadores do Direito ouvidos pelo **Correio Braziliense** afirmam que não há espaço, em pleno século XXI, para a tese jurídica de "lavar a honra com sangue", diante de um adultério imaginado ou consumado. Mas, por outro, também são unânimes em destacar que principalmente em locais mais distantes dos grandes centros, por tradição ou cultura, a ideia tem adeptos. "Como o motivo já é passional, os argumentos acabam enveredando para a emoção. O mais comum, então, é a defesa demonizar a vítima, principalmente se mulher, para levar os jurados ao sentimento machista", explicou Norberto Jóia, promotor de Justiça em São Paulo, ao jornal.

---

## Juízes de Mato Grosso

O retorno dos desembargadores mato-grossenses aposentados compulsoriamente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não é definitivo. A afirmação é do ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que explicou que apenas houve uma decisão liminar, monocrática e que deve ser definida pelo plenário. No ano passado, três desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso e sete juízes foram aposentados compulsoriamente dos cargos sob a suspeita de terem desviados cerca de R\$ 1,4 milhão do Poder Judiciário para ajudar membros da Loja Maçônica Grande Oriente do Estado. A informação é do site **Olhar Direto**.

---

## Entraves jurídicos

O **Estadão** publicou reportagem sobre os obstáculos que devem ser superados para que as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ganhem agilidade, entre eles as dificuldades nos licenciamentos ambientais, brechas para intervenção jurídica e projetos mal elaborados. Para o professor da Fundação Dom Cabral, Paulo Resende, a falta de uma lista de projetos prioritários contribui para o excesso de ações na Justiça questionando as licitações das obras, além de dispersar muito dinheiro e energia.

---

## Derrotas judiciais

Contra desapropriação de museu, obra de piscinão e novas avenidas, o paulistano foi à Justiça. Levantamento da Procuradoria Geral do Município (PGM) obtido pelo **Estadão** mostra que a gestão do prefeito Gilberto Kassab (DEM) sofreu dez derrotas judiciais que barram desde projetos de urbanização a parque em área nobre. Segundo o jornal, para este ano, Kassab quer uma força-tarefa para reverter essas decisões.

---

## Erenice Guerra

A Polícia Federal pediu nova prorrogação do inquérito que investiga tráfico de influência na Casa Civil em 2009, período em que Erenice Guerra era secretária-executiva da pasta. De acordo com a **Folha de S.Paulo**, o prazo do inquérito, iniciado em setembro, acabou no dia 23 de dezembro. No entanto, a Justiça Federal estava em recesso, e a investigação foi interrompida. A PF espera conseguir amanhã a terceira prorrogação.

---



## Projetos pitorescos

Balanço da **Folha** aponta que a Câmara dos Deputados, nos último quatro anos, propôs 8.044 projetos. Desses, cerca de 228 se transformaram em normas jurídicas e 1.300 foram arquivados. Entre os projetos pitorescos que receberam sinal vermelho estão os que tratam de noivos obrigados a plantar mudas de árvores ao se casar, venda de antisséptico bucal só com receita e proibição de lutas marciais na TV.

---

## Resgate descartado

Autoridades argentinas e familiares do alpinista brasileiro Bernardo Collares decidiram nesta sábado (8/1), após reunião com uma comissão de resgate, deixá-lo no topo do monte Fitz Roy, de 3.405 metros de altitude. Especialistas acreditam que não há chances de Collares ter sobrevivido ao acidente que sofreu na última segunda-feira em El Chaltén, extremo sul argentino. Caso fosse realizada, seria a operação mais difícil da história da região. A informação é da **Folha**.

---

## Suspeita de fraude e cartel

A Secretaria de Direito Econômico (SDE), ligada ao Ministério da Justiça, instaurou um processo investigativo para apurar a suspeita de fraude e cartel em licitação do lixo em Sertãozinho. Os acusados negam as acusações. Segundo a **Folha**, o processo, que envolve denúncias do Ministério Público do estado, começou em abril de 2009, para investigar a licitação de 2004, vencida pela empresa Leão & Leão Ltda, de Ribeirão. De acordo com o relatório, há suspeita de que as concorrentes favoreceram a Leão na licitação.

---

## Tiroteio

O presidente americano, Barack Obama, disse neste sábado (8/1) que um juiz federal está entre os mortos do tiroteio no Arizona no qual a congressista Gabrielle Gifford ficou gravemente ferida. Ao todo, cinco pessoas morreram durante a tragédia, entre elas o juiz federal John Roll e uma menina de nove anos. A informação é do **Correio Braziliense**.

---

## Opinião

### Ameaça à livre expressão

Projeto de lei apresentado recentemente a ambas as casas do Congresso americano em resposta às revelações do site *WikiLeaks* pode gerar uma emenda à Lei de Espionagem de 1917, tornando crime a disseminação consciente e deliberada, por qualquer pessoa e "de maneira prejudicial para a segurança ou os interesses do país", de informações sigilosas "referentes às atividades de espionagem dos Estados Unidos". É o que afirma o professor de Direito da Universidade de Chicago, Geoffrey Stone, no artigo "Uma ameaça à livre expressão", publicado nos jornais **The New York Times** e **O Estado de S.Paulo**.

---

## Outro empate no Supremo

Merval Pereira fala em sua coluna no jornal **O Globo** sobre o caso Cesare Batistti. Ele afirma que a extradição do italiano, pode gerar uma crise institucional entre o Judiciário e o Executivo, mas também colocar o Supremo Tribunal Federal, em situação de desmoralização diante da



opinião pública, pois, segundo ele, existe a possibilidade de haver novamente um empate entre seus membros.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2011-jan-09/noticias-justica-direito-jornais-167/>